

## UNIDADE DIDÁTICA VIII – ÁFRICA: DAS FEITORIAS AO IMPERIALISMO

### 1. AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NOS SÉCULOS XVI A XIX

#### 1.1. FEITORIAS E ENTREPOSTOS NA COSTA OCIDENTAL AFRICANA: LAÇOS COM A AMÉRICA PORTUGUESA

As feitorias foram instituições nascidas na Europa. Eram organizações de mercadores de um Estado, reunidos num mesmo local fora das suas fronteiras. Essa organização visava defender os interesses comuns, prioritariamente econômicos e de segurança, possibilitando a manutenção de relações diplomáticas e comerciais, com o país onde estavam sediadas. A mais antiga feitoria portuguesa foi estabelecida em Flandres, anterior às grandes navegações, e a primeira organização estabelecida pelos portugueses na África (costa ocidental) foi no castelo de Arguim, em 1445, na altura do cabo Branco (Mauritânia). A partir desse ponto, os comerciantes ibéricos trocavam tecidos, cavalos e trigo, produtos essenciais para as populações locais, por goma-arábica, ouro e escravos, que levavam para a Europa.

A instalação de feitorias portuguesas foi motivada, principalmente, pelo comércio de ouro, na costa da Guiné, de especiarias, no oceano Índico, e de escravos para o Novo Mundo – sendo este o que daria, futuramente, maiores lucros para os comerciantes portugueses. Produtos como açúcar, malagueta e cereais, entre outros, também eram comercializados pelos portugueses.



Foto 1: Castelo da Mina, Gana. Fonte: ARRUDA, José Jobson de A

A partir de Arguim, a exploração da costa africana principiou a render frutos para a Coroa portuguesa. Esta primeira feitoria serviu de modelo para outras, como o Castelo da Mina (Gana), ainda no século XV (1469).

O estabelecimento de feitorias em toda a África gerou relações importantes para a economia portuguesa, considerando-se aí a própria América Portuguesa, que veio a integrar esse comércio, numa ordem triangular entre as duas colônias e a metrópole. A principal atividade econômica que ligava África e América no império colonial português era o tráfico de escravos destinados, especialmente, ao cultivo da cana de açúcar e, depois, à mineração e à lavoura cafeeira.

A vinda de escravos para a América Portuguesa acabou por trazer forte influência na vida da colônia e, principalmente, na formação da nacionalidade da futura nação brasileira. Fica-nos fácil identificar a presença africana em aspectos visíveis da cultura nacional. Entretanto, a maior influência certamente foi exercida de forma subjetiva, em um intenso intercâmbio cultural de negros africanos, indígenas e portugueses, notadamente no sentimento, língua, expressão física, costumes, modos, comidas, forma de pensar e práticas religiosas. De acordo com Paiva (2001, p. 185), as trocas culturais e os contatos entre povos de origem tão diversa é algo que, então, fazia parte do dia-a-dia colonial, desde a chegada dos portugueses. Sendo ampla a vivência cultural da população negra no Brasil colonial, acabou por refletir amplamente na sociedade formada a partir daí.

Deste intercâmbio cultural, formou-se a cultura afro-brasileira, sendo visível a influência africana em todos os aspectos da sociedade brasileira, não sendo possível desvincular a cultura brasileira da africana, da indígena ou da europeia.

## 1.2. TRÁFICO NEGREIRO

É chamado de Tráfico negreiro o envio arbitrário de negros africanos na condição de escravos para as Américas e outras colônias de países europeus durante o período caracterizado como colonialista (SANTANA, 2009)

Durante a Idade Moderna, primordialmente depois que se descobriu a América, intensificou-se o comércio escravo, com a finalidade de se substituir a mão-de-obra indígena, que se mostrava ineficaz. A explicação encontrada para o uso da mão-de-obra escrava africana fazia alusão a questões religiosas e morais e à suposta superioridade racial e cultural dos europeus.

Os portugueses já utilizavam o negro como escravo desde o ano de 1432, nas ilhas da Madeira, de Açores e de Cabo Verde, anteriormente à efetivação da colonização brasileira.

No Brasil a escravidão passou a ser utilizada na primeira metade do século XVI, devido à monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste. A partir da descoberta de ouro, no século XVIII, os escravos passaram a ser empregados na mineração.

O tráfico negreiro, além de ser uma grande fonte de mão-de-obra, caracterizava-se por ser também uma forma de mercantilismo, sendo de interesse da metrópole, já que além dos traficantes e dos colonos, lucravam também a Coroa portuguesa e até a Igreja Católica, que ganhava uma porcentagem sobre cada escravo que entrava no Brasil. A atividade do tráfico negreiro inicia-se oficialmente em 1559, quando a metrópole portuguesa decide permitir o ingresso de escravos vindos da África no Brasil. Antes disso, porém, transações envolvendo escravos africanos já ocorriam no Brasil, sendo a escassez de mão-de-obra um dos principais argumentos dos colonos.

Capturados nas mais diversas situações, como nas guerras tribais e na escravização por dívidas não pagas, os escravos africanos eram negociados com os traficantes africanos (negros, também) em troca de produtos como fumo, armas e aguardentes e transportados nos chamados navios negreiros. Durante as viagens, cerca de 40% dos escravos embarcados morriam em decorrência das péssimas condições sanitárias existentes nas embarcações. Quando desembarcavam em solo brasileiro, os escravos africanos eram vendidos em praça pública. Os mais fortes e saudáveis eram os mais valorizados.

Os africanos, todos subsaarianos, mandados para o Brasil são divididos, de modo geral, em dois grandes grupos: os bantos e os oeste-africanos.

Os bantos são descendentes de um grupo etnolinguístico que vive atualmente desde a atual região de Camarões em direção ao sul, atingindo tanto o litoral oeste quanto o leste da África. Os bantos trazidos para o Brasil vieram das regiões que atualmente são os países de Angola, República do Congo, República Democrática do Congo, Moçambique e, em menor escala, Tanzânia. Pertenciam a grupos étnicos distintos, que os traficantes dividiam em cassangas, benguelas, cabindas, dembos, rebolo, anjico, macuas, quiloas etc. Constituíram a maior parte dos escravos levados para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e para a zona da mata do Nordeste.

Os oeste-africanos, erroneamente chamados de sudaneses (o Sudão não forneceu escravos ao Brasil), provinham de uma vasta região litorânea que ia desde o Senegal até a Nigéria, além do interior adjacente ao sul da região do Sahel, que se estende no sentido oeste-leste atravessando toda a África. Os nativos do oeste-africano foram os primeiros escravos a serem levados para as Américas sendo chamados, nesta época, de negros da Guiné. Os oeste-africanos eram principalmente nativos das atuais Costa do Marfim, Benim, Togo, Gana e Nigéria. A região do golfo de Benim foi um dos principais pontos de embarque de escravos, tanto que era conhecida como Costa dos Escravos. Os oeste-africanos constituíram a maior parte dos escravos levados para a Bahia.

Os Malês eram escravos de origem oeste-africana, na maior parte falantes da língua haúça, que seguiam a religião muçulmana. Muitos deles falavam e escreviam em língua árabe, ou usavam caracteres do Árabe para escrever em Haúça. Ficaram conhecidos com a chamada Revolta dos Malês (também Revolta dos Escravos de Alá), ocorrida de 25 a 27 de Janeiro de 1835, na cidade de Salvador, capital da então Província da Bahia, no Brasil. Consistiu numa sublevação de caráter racial, organizada em torno de propostas radicais para libertação dos demais escravos africanos.

Cada época da História do Brasil encontra diferentes portos importantes de embarque de escravos, e cada porto recebia escravos de uma grande região que se estendia ao interior da África. Portanto, a origem étnica dos escravos recebidos no Brasil é muito variada, além de ter-se alterado ao longo dos séculos de tráfico negreiro. Apesar disto, os grupos étnicos acabaram se dividindo por locais, com preponderância dos bantos no Rio de Janeiro e dos escravos oeste-africanos na Bahia e norte do Brasil. Uma das razões foi o momento histórico em que ocorreu cada ciclo econômico em uma região do Brasil (açúcar no nordeste, ouro em Minas Gerais e café no Rio de Janeiro) e a oferta maior de escravos em uma determinada região da África.

De modo simplificado, podemos dizer que os escravos africanos trazidos para o Brasil originavam-se nos seguintes locais de embarque:

- séculos XVI e XVII: Portos do Senegal e Gâmbia, enviando escravos da região oeste africana (negros da Guiné); principalmente para as lavouras de cana de Salvador e Recife;

- séculos XVIII: Portos de Mina (hoje Elmina) em Gana, Uidá em Benim e Calabar na Nigéria, todos no oeste africano; Cabinda e Luanda (próximo à foz do rio Congo) em Angola, todos no centro-oeste africano; Zanzibar na Tanzânia, no leste africano; principalmente para Salvador e Rio de Janeiro, de onde a maior parte ia para as Minas Gerais;

- século XIX: Portos de Mina (Elmina) em Gana, Uidá em Benim e Calabar na Nigéria, todos no oeste africano; Cabinda e Luanda (próximo à foz do rio Congo) em Angola, todos no centro-oeste africano; Zanzibar e Quiloa na Tanzânia, no leste africano; Ibo, Lourenço Marques e Inhambane em Moçambique, também no leste africano; principalmente para Salvador e Rio de Janeiro, de onde a maior parte seguia para as plantações de café no vale do Paraíba do Sul e cana-de-açúcar do Norte Fluminense.

De uma forma geral, a razão de predominar um grupo no sul e outro no norte do Brasil é simplesmente pela menor distância entre os portos de embarque e desembarque, posto evitar maiores perdas com a “carga transportada” em péssimas condições e fugir da repressão dos navios britânicos, respaldados pela lei *Bill Aberdeen*, aprovada pelo Parlamento inglês em 1815.

Os africanos e seus descendentes promoveram várias formas de resistência à escravidão. A mais conhecida de todas foi a criação dos quilombos, uma espécie de "sociedade paralela" formada por escravos que fugiam de seus senhores, sendo o mais popular o Quilombo dos Palmares, localizado em Alagoas. Outra rebelião foi a Revolta dos Malês, já citada. Existiram, porém, inúmeras outras formas de se resistir à escravidão, como o suicídio, assassinatos, rebeliões, aborto e revoltas organizadas contra os senhores.

A abolição da escravatura foi um processo gradual e decorreu de fatores externos e internos. Pode-se encontrar nos fatores internos a ação de grupos abolicionistas compostos por indivíduos oriundos de diversas camadas da sociedade. Deve-se distinguir os abolicionistas dos emancipacionistas, visto que estes eram favoráveis a uma abolição lenta e gradual, enquanto aqueles defendiam o fim imediato do trabalho escravo. Além da ação dos grupos abolicionistas, deve-se destacar a atuação de resistência da maior vítima do processo de escravidão, visto que os escravos não eram passivos e resistiam à dominação.

Entre os fatores externos, podem-se destacar as pressões exercidas pelo Império Britânico sobre o governo brasileiro. A Inglaterra vivia o auge da Revolução

Industrial. O processo de industrialização demandava a ampliação dos mercados consumidores a fim de se obter a venda da crescente produção. O Brasil era um dos grandes parceiros comerciais ingleses, mas a relação de trabalho escravista não garantia nenhum poder aquisitivo aos trabalhadores.

As elites latifundiárias das colônias inglesas nas Antilhas sofreram perdas nesse processo, a partir do momento em que haviam ganhado mais um custo de produção com as relações de trabalho assalariado e perdiam espaço na concorrência com a produção brasileira. Sentindo-se lesados, esses latifundiários passaram a exercer pressão sobre o parlamento inglês a fim de que a escravidão fosse combatida de forma mais efetiva. Em 1845, o parlamento inglês aprovou a chamada Lei Bill Aberdeen, que concedia à Marinha Real Britânica poderes de apreensão de qualquer navio envolvido no tráfico negreiro em qualquer parte do mundo. Como consequência, em 1850, o tráfico negreiro foi oficialmente extinto com a Lei Euzébio de Queiróz. Com o fim da principal fonte de obtenção de escravos, o preço destes elevou-se significativamente, uma vez que ocorreu uma diminuição na sua oferta. Nesse período, cresceu o comércio interno escravagista, com a venda de escravos principalmente do Nordeste para o Sudeste. Em 1871, é promulgada a Lei do Ventre Livre, que garantiu a liberdade aos filhos de escravos. Oito anos depois, em 1879, inicia-se uma campanha abolicionista estimulada por intelectuais e políticos, como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.

O sistema escravista enfraquece-se mais ainda com a Lei dos Sexagenários (1885), que libertou todos os escravos com mais de 60 anos de idade. Em 5 de maio de 1888, o Papa Leão XIII, na encíclica *In Plurimis*, dirigida aos bispos do Brasil, pede-lhes que apoiem o Imperador e sua filha, na luta pela abolição definitiva da escravidão. No dia 13 de maio, a Lei Áurea é assinada pela Princesa Isabel, extinguindo oficialmente a escravidão no Brasil.

A relação social de trabalho escravo, no Brasil, foi substituída pela mão-de-obra imigrante assalariada.

## 2. A ÁFRICA COLONIZADA (SÉCULO XIX): OS DIFERENTES PROJETOS IMPERIALISTAS EUROPEUS

Até o século XIX, o litoral do continente africano era a única região na África em que a presença colonial europeia se fazia presente. As atividades nessa área se resumiam ao lucrativo tráfico negreiro, que marcou o desenvolvimento da economia mercantil na época. A partir do crescimento do comércio europeu, em solo africano, a presença colonizadora tornou-se mais enfática, desarticulando comunidades tribais, diferenciadas por suas características culturais e linguísticas.



Mapa 1: Continente Africano, Colonização Europeia

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A

## 2.1. PORTUGAL E SUAS PROVÍNCIAS DO ULTRAMAR

A colonização portuguesa, na África, foi resultado de seus descobrimentos e teve seu começo com a ocupação das Ilhas Canárias, ainda no princípio do século XIV. A primeira ocupação violenta dos portugueses, no continente Africano, foi a conquista de Ceuta, em 1415.

Portugal iniciou, ali, um projeto nacional, englobando, inicialmente, o Norte da África e estendendo-se, posteriormente, por todo o continente africano e, até mesmo, à Ásia. Este projeto estendeu-se até o reinado de D. João III (1557).

Não existia nenhuma organização política nas colônias portuguesas, exceto em algumas áreas portuárias, onde haviam tratados, destinados a assegurar os direitos dos traficantes de escravos. As aquisições de pedras, metais preciosos e especiarias eram realizadas pelos sistemas de captura, de pilhagem e de escambo.

O método predador de colonização provocou o abandono da agricultura e o atraso no desenvolvimento manufatureiro dos países africanos. A captura e o tráfico de escravos dividiram tribos e etnias e causaram desorganização na vida econômica e social dos africanos. Milhões de pessoas foram mandadas, à força, para as Américas.

A dominação portuguesa na África se caracterizou por um viés marcado pela economia, primeira razão da presença portuguesa no continente. Para garantir o domínio sobre os territórios conquistados a partir das feitorias, os portugueses desenvolveram uma política de *assimilação* das populações nativas ao seu império.

A percepção portuguesa era de que o seu império colonial era uno e indivisível, pois congregava a metrópole e as colônias em uma única entidade: o Reino. Sua política de *assimilação* tinha como concepção transformar os nativos das colônias em cidadãos portugueses “civilizados”.

Porém, o realizado acabou por se distanciar do idealizado. Poucos africanos foram “aportuguesados” por conta da pequena mobilidade social que ocorria nas colônias, fruto da evasão de riquezas para a metrópole. Essa pequena elite “civilizada” acabou por assumir funções administrativas nas colônias, adotando inclusive práticas repressivas violentas, e acabou por se tornar conivente com os abusos dos colonizadores. Também a prática da escravidão negra e do tráfico foram impeditivas para a eficácia da *assimilação*.



O sistema de *assimilação* foi idealizado para ser utilizado tanto na África quanto na América Portuguesa. Mas com a proeminência que o Brasil adquiriu na economia do Império, tal política rendeu-se à imigração de portugueses, que acabaram se transferindo para o Brasil, assumindo-o como extensão da sua “Pátria”. Outro fato que alterou a lógica do relacionamento Portugal-Brasil, tornando-o ainda mais distinto, foi a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808.

O sistema político português mantinha a administração de Ultramar separada, na quase totalidade, da administração da Metrópole. Os assuntos internos ultramarinos eram quase da inteira competência da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, criada no século XVIII (mais tarde Ministério das Colônias e Ministério do Ultramar), sendo que os outros órgãos governamentais apenas atuavam no território europeu. O Ministério/Secretaria era abrangente e se ocupava de assuntos tão variados como a economia, educação e cultura, a justiça e as obras públicas. Até o final da 2ª Guerra Mundial, o Ministério tinha inclusive a competência exclusiva nos assuntos militares ultramarinos, para os quais mantinha um departamento especializado e um Exército Colonial independente do Exército português. O Ministério do Ultramar era o responsável pelo governo e administração interna do que são hoje 6 países independentes (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) e ainda outros territórios (Macau, Goa etc.).

Terminado o período conflituoso após as Guerras de Libertação (Guerra Colonial ou de Ultramar), entre 1961 e 1974, a antiga metrópole e suas ex-colônias restabeleceram laços de amizade e cooperação, e passaram a integrar, a partir de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma organização com os países lusófonos, que visa a cooperação e a amizade entre os signatários.

## 2.2. A FRANÇA E SUAS EXTENSÕES ULTRAMARINAS

Em 1830, sob o reinado de Carlos X, iniciou-se a conquista da Argélia e, por conseguinte, a colonização francesa em solo africano. Em linhas gerais, essa conquista recuperou o prestígio francês, perdido após as guerras napoleônicas, assegurando grandes lucros às empresas desse País.

A política francesa para as colônias era extremamente centralizadora e ditada a partir da França. Esse sistema era composto por diversos órgãos setoriais, que funcionavam na metrópole, e por uma burocracia colonial em cada região, encarregada da administração local.

Tal como no modelo português, os franceses também eram adeptos da ideia da *assimilação*. Dessa forma, a política francesa era guiada por um ideal “civilizador”, impondo às populações nativas a língua, os códigos e o modo de vida franceses, sufocando as manifestações locais em quaisquer campos, fosse político, cultural ou religioso. Essa postura francesa em relação aos colonizados acabou por estabelecer uma relação de distanciamento e de segregação, pois poucos foram os casos reais de *assimilação*.

As elites coloniais eram basicamente compostas por franceses e seus descendentes, permanecendo assim até o fim do império colonial francês. Raros foram os casos em que a administração foi exercida por um “negro africano”. Por conta dessa diferença entre os “civilizados” (os franceses e os seus descendentes) e os nativos, pelas práticas tarifárias excessivas, apropriação de terras, confisco de bens, maus tratos, e outras medidas contra os colonizados, acabou-se por criar uma desconfiança grande entre a França e suas colônias, situação que se prolongou no pós-independência (muito perceptível na Argélia, no Haiti e na Indochina).

As tentativas de se firmar uma entidade que reunisse países com um passado comum francês não tiveram progresso, por conta da aversão dos colonizados pelos franceses. Uma dessas tentativas foi a implantação da Comunidade Francesa, que foi uma associação radicada na França e formada por territórios, departamentos ultramarinos e vários Estados independentes africanos que faziam parte do antigo império francês. Criada em 1958, visava à associação das antigas colônias com a França metropolitana. Os Estados africanos abandonaram a comunidade, continuando a manter relações bilaterais com a França. Em 1961, o sistema entrou em colapso e algumas de suas instituições foram abolidas.

### 2.3. A INGLATERRA: DO CABO AO CAIRO

Os britânicos começaram sua incursão imperialista promovendo o protetorado do Egito e o consequente domínio do Canal de Suez em 1882. Do ponto de vista econômico, este Canal permitia a integração entre os grandes centros industriais

europeus e as colônias asiáticas, por intermédio da ligação entre os mares Mediterrâneo e Vermelho. Logo após o domínio do Egito, os britânicos estenderam seus domínios para o sul e para o centro do continente africano.

Na colonização do território africano, os ingleses, geralmente adeptos da administração indireta, conseguiram controlar populações enormes e diferenciadas entre si, aproveitando-se das instituições e das lideranças locais já existentes. A Inglaterra apoderou-se, pouco a pouco, das partes mais valiosas da África. A estratégia do “governo indireto”, formulada por volta de 1850, começou a ser utilizada pelos ingleses em todo o seu império colonial, especialmente nas colônias recém conquistadas na África, onde tal sistema provaria sua excelência na legitimação do controle inglês sobre as regiões conquistadas.

“O inglês nasce com certo poder milagroso que o torna senhor do mundo. Quando deseja alguma coisa, ele nunca diz a si próprio que a deseja. Espera pacientemente até que lhe venha à cabeça, ninguém sabe como, a insopitável convicção de que é seu dever moral e religioso conquistar aqueles que têm a coisa que ele deseja possuir. Torna-se, então, irresistível. Como grande campeão da liberdade e da independência, conquista a metade do mundo e chama a isso de Colonização. Quando deseja um novo mercado para seus produtos adulterados de Manchester, envia um missionário para ensinar aos nativos o evangelho da paz. Os nativos matam o missionário; ele recorre às armas em defesa da Cristandade, luta por ela, conquista por ela; e toma o mercado como uma recompensa do céu...” (“The Man of Destiny”, citado por LINHARES, M. Yedda. A luta contra a metrópole. São Paulo, Brasiliense, 1983, P. 36).

O projeto inglês de cortar a África ao meio, seguindo do “Cabo ao Cairo”, lançando ferrovias e aproveitando os ricos recursos das colônias, pode ser implementado graças ao apoio recebido dos chefes tribais locais, ligados à administração colonial. Na região ocidental, o governo britânico apoderou-se de possessões para o estabelecimento de portos e bases comerciais, visualizando o crescimento do comércio.

Os ingleses usavam uma política diferenciada, onde se entendia que seu império pretendia proteger as sociedades nativas de outras civilizações, preservando sua identidade. Tal política não excluía o “ideal” do imperialismo, que seria “civilizar” as populações nativas, mas os ingleses buscavam, diferente de franceses e portugueses, dominar cada população, usando a própria estrutura de poder já existente para tal, sem a substituir por outro modelo.

Desta forma, a política da dominação empreendida acabava por não dividir as sociedades dominadas, pois os ingleses buscavam fortalecer as instituições africanas locais já existentes, introduzindo conceitos europeus sem imposições, que as levariam a ingressar na “civilização” no momento oportuno, após um longo caminho de amadurecimento. A política britânica entendia que não adiantaria tentar transformar as populações nativas em europeus, pois eles não estariam preparados para tal transformação. A forma de dominação eficaz pelo modelo inglês, e mais lucrativa, seria aquela produzida da combinação entre a estrutura e a cultura existentes na colônia com os aperfeiçoamentos pontuais e necessários para garantir a subordinação ao império.

A luta do Reino Unido contra a escravidão, e a abolição da escravatura em todo o Império Britânico em 1838, foi um dos fatores que facilitou a relação com as colônias, mesmo que a motivação tenha sido primordialmente comercial. Sendo a Inglaterra berço da Revolução Industrial, não importava à metrópole ter colônias e grandes populações de súditos, sem que essa massa ingressasse no ciclo produtivo, ou seja, trabalhasse, produzisse matéria prima para as indústrias britânicas, fosse assalariada e, principalmente, adquirisse os produtos manufaturados na Inglaterra – que detinha essa exclusividade de produção (essa, inclusive, foi uma das causas principais que levaram à rebelião da Índia).

Na África inglesa, a descolonização foi menos conflituosa do que na francesa. Por conta da forma de colonização adotada pelo Reino Unido, em 1931 os líderes de Governo da Austrália, Reino Unido, Ceilão (atual Sri Lanka), Nova Zelândia, Paquistão, África do Sul e da Secretaria de Estado para Assuntos Externos do Canadá se reuniram em Londres para discutirem a Comunidade Britânica. O resultado foi a Declaração de Londres e a criação da Comunidade Britânica (*Commonwealth*), uma organização exitosa cujo objetivo é promover a integração entre as ex-colônias do Reino Unido, concedendo benefícios e facilidades comerciais e proporcionando assistência educacional aos seus países-membros. Atualmente, os países da Comunidade Britânica representam cerca de 30% de todo o comércio mundial.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

CROUZET, Maurice. **A Transformação da África Negra. As Diversas Políticas Coloniais**. In:\_\_\_\_\_. História Geral das Civilizações. A Época Contemporânea – O Desmoronamento dos Impérios Coloniais; O Surto das Técnicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. V. 17. Terceira Parte, Livro IV. p. 197-220.

HERNANDÉZ, Leila Leite. **“Civilizados” e “primitivos” na constituição do sistema colonial africano**. In: A África na sala de aula. Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 95-108.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**. Minas Gerais: UFMG, 2001.

RODRIGUES, Jaime. **O tráfico de escravos e a experiência diplomática afro-luso-brasileira: transformações ante a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro**. In: Anos 90. V. 15, n. 27. p. 107-123. Porto Alegre: jul. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/viewFile/6741/4043>>. Acesso: 03 dez 2008.

SANTANA, Miriam Ilza. **Tráfico Negreiro**. Artigo. Disponível em <<http://www.infoescola.com/historia/trafico-negreiro>>. Acesso: 18 out 2008.